

2

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E TEMAS DE PESQUISA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: resistências em tempos de crise social e política*

*Joana Valente Santana
Inez Stampa
Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira*

Introdução

As problemáticas ligadas à pós-graduação brasileira se inserem na totalidade de uma sociedade periférica do capitalismo, este em agudo estado de crise, com crescente financeirização, parte importante dessa crise. Após se completar o processo de mundialização do capitalismo pós-década de 1990, as contradições desse sistema se elevam ao máximo, assim como sua incapacidade de solucionar tais contradições (HARVEY, 2016). Sendo assim, tais problemáticas se vinculam ainda às concepções hegemônicas vigentes em nossa sociedade, mediante múltiplas disputas, sobre desenvolvimento humano, em geral difusamente ligadas à noção de crescimento econômico, este, ainda assim, secundarizado sempre que demandado pela lógica da acumulação financeirizada.

Historicamente, em uma sociedade centralmente regida pela produção de lucro, a inserção da ciência e da técnica nunca esteve a serviço da emancipação plena do gênero humano. Nesse contexto, cabe indagar qual o papel que a sociedade brasileira atribui à universidade pública e demais instituições ligadas à produção de conhecimento, às vinculações e fronteiras entre ciência, tecnologia, tecnociência etc. São fundamentais as perguntas sobre os papéis que cada um desses elementos cumpre na dinâmica social.

Este texto apresenta reflexões sobre a recente conjuntura de desfinanciamento do ensino superior e da pesquisa e suas vinculações com a produção de conhecimento sob o domínio da tecnociência subordinada ao mercado. Em um contexto de desmonte das políticas públicas sociais, em favor dos interesses do capital, o corte no financiamento à educação pública tem lugar de destaque. A pós-graduação em geral, e, em especial, os cursos das ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas (onde se insere a área de Serviço Social) têm sofrido forte desfinanciamento ao mesmo tempo em que o governo federal desacredita e procura desconstruir avanços

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.41-64

científicos, com clara tentativa de ataque (vulgar) ao pensamento crítico.

A área de Serviço Social, uma das 49 áreas de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, expressa uma posição que se direciona aos interesses da classe dominada (nas suas variadas expressões), pela mediação do ensino, pesquisa e produção científica. Para o “Seminário sobre Conjuntura e Produção de Conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-Graduação”¹, que deu origem à coletânea da qual faz parte este capítulo, foi realizado levantamento² sobre as áreas de concentração e as temáticas dos grupos de pesquisa dos docentes permanentes dos 36 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, referente ao ano de 2019, onde foram identificados 313 grupos. Assim, este texto, tomando por base as divisões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) por regionais, apresenta uma sucinta análise sobre a articulação entre as áreas de concentração e os temas de pesquisa dos referidos docentes permanentes, indicando a tendência da pesquisa na área de Serviço Social.

Vale registrar que este texto é escrito no contexto da pandemia do novo coronavírus, onde milhares de pessoas morreram em todo o mundo e no caso do Brasil, somam-se mais de duzentas mil pessoas, muitas das quais poderiam estar vivas não fosse o total descaso do governo federal com a vida dos brasileiros. Por isso, a escrita deste texto é para nós, uma atividade intelectual de resistência e tem o objetivo de demonstrar que a pesquisa e a pós-graduação, cuja produção de conhecimento deve-se voltar para os interesses de toda a sociedade, são um patrimônio humano, e que nos cabe, como docentes de instituições de ensino superior, manter vívida a proposta de luta em defesa da vida e em defesa da classe trabalhadora e da emancipação humana.

Ensino superior, desfinanciamento público e reconfiguração da produção científica na lógica privada

Nesta seção são pontuados elementos de duas questões entrelaçadas, a evolução do desfinanciamento das universidades públicas no Brasil e das concepções sobre a produção acadêmica, que acabam por reduzir ciência a diferentes concepções de tecnociência, e a submissão da pesquisa científica à lógica mercantil.

¹ Organizado pelo Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social - FORMASS/PUCRS), coordenado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel e Grupo de Estudos sobre Formação e exercício profissional em Serviço Social - GEFESS (UFRGS), coordenado pela Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy, com apoio da ABEPSS - Regional Sul I/ Coordenação Regional da Pós- Graduação - Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer.

² Levantamento realizado na Plataforma Sucupira, mediante acesso aos Relatórios dos Programas da área de Serviço Social e no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq.

A questão do subfinanciamento histórico se verifica na educação pública de forma geral, e, no que diz respeito ao ensino superior, é parte central de um conjunto muito amplo de desafios³. No ensino superior, segundo dados do Censo de 2010, havia naquele ano 23,9 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos. No Censo da Educação Superior de 2011, estavam matriculados 6,7 milhões de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) no país, o que correspondia a uma taxa líquida de 14,3% e uma taxa bruta de 28,2%⁴. O outro lado do problema é a alta taxa de privatização das matrículas, já que, segundo dados desse mesmo Censo da Educação Superior, cabia ao setor público apenas 1,7 milhões de matrículas, isto é, 26,3% do total (AMARAL, 2016). De acordo com dados do Observatório PNE (BRASIL, 2021, s/p), o Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024 estabelece a meta (Meta 12) de “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.” O acompanhamento da evolução do atingimento dessa meta traz elementos significativos: em 2020, a taxa bruta encontrava-se em 48,6%, e a taxa líquida atingiu 23,8%, aumentos importantes em relação ao ano de 2011. Porém, a participação do setor público nas novas matrículas (dado de 2018) foi de 12,9%, muito aquém da meta de 40% (BRASIL, 2021).

Esse conjunto de dados ilustra bem o problema do subfinanciamento. Para além deste, contudo, na última década vem se dando um drástico processo de desfinanciamento, que tem atingido de forma diferenciada as distintas rubricas (investimento, custeio, e pessoal).

³ Amaral (2016) apresenta uma extensa lista desses desafios tratados na literatura especializada: “a grande privatização das matrículas; as baixas taxas líquida e bruta; o pequeno percentual de jovens que frequentam IES que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão; o elevado quantitativo de professores contratados em tempo parcial; o baixo número de professores contratados com o título de doutor; a elevação dos recursos públicos que se dirigem às IES privadas; a baixa relação aluno/professor; a grande evasão dos estudantes, principalmente os de licenciatura; a implantação de um processo de avaliação que privilegia um exame de larga escala em detrimento de processos avaliativos mais amplos e abrangentes; a mercantilização da educação superior; a inadimplência dos estudantes das IES privadas; o elevado custo das universidades de pesquisa; a isonomia salarial e a carreira única nas IES federais; o corporativismo existente no interior das IES; a pressão exercida pela mundialização do capital com a intenção de padronizar a constituição e a atuação das IES; a necessidade de internacionalizar as atividades das instituições, a grande assimetria existente entre e nas regiões brasileiras etc.” Poderíamos acrescentar ainda a crescente pressão pela busca das propaladas *fontes alternativas de financiamento*, o que leva à discussão de cobrança de mensalidades e a diferentes graus de vinculação das pesquisas ao interesse de grandes empresas.

⁴ A taxa bruta refere-se à relação entre o número de matrículas na educação superior e o total da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Já a taxa líquida considera apenas os alunos de 18 a 24 anos nesse nível de ensino em relação à população nessa mesma faixa etária.

Nas universidades federais, a primeira que recebeu um golpe mais acentuado foi a rubrica investimentos (construção de prédios, aquisição de equipamentos, etc.), chegando-se a níveis irrelevantes, praticamente somente finalização de obras já em curso. Araújo (2021, p. 4) em análise desses dados, desde 2005, aponta que “[...] os gastos efetivados em 2020 representam uma queda de 84% sobre 2014”. A área de despesas correntes também tem sido intensamente prejudicada. No mesmo levantamento de Araújo (2021, p. 3), “[...] os valores efetivamente pagos em 2020 são 28% menores do pago em 2014”, e a previsão para 2021 14% menor que o autorizado em 2020, chegando-se ao nível de se tornar “impraticável a manutenção das universidades.”. Para completar o ataque ao financiamento das universidades federais, a rubrica de pessoal, mais estável, por conta de uma legislação de carreira que protege os salários e confere estabilidade aos quadros de pessoal, vem sendo atingida gradativamente por meio de ataques à legislação trabalhista. Essa rubrica, antes de 2018 apresentava comportamento praticamente igual entre gastos autorizados e efetivamente pagos. A partir desse ano, “[...] houve uma queda e este patamar gira em torno de 91%, mostrando uma pressão pelo enxugamento dos gastos com pessoal.” (ARAÚJO, 2021, p. 2). O processo de desfinanciamento das universidades federais teve um marco importante com o advento da Emenda Constitucional nº 95, de 2016 (BRASIL, 2016), que impede a evolução das despesas primárias do governo federal até 2036.

A participação das universidades estaduais (UE) no avanço na democratização da oferta de vagas no ensino superior, e na produção científica realizada nas instituições, incorre tanto no problema do subfinanciamento como na grande disparidade entre as regiões brasileiras. Carvalho e Amaral (2020) estimam, a partir de vários indicadores, a necessidade de uma expansão de 78,8% na oferta de matrículas, para uma participação efetiva no alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em especial a Meta 12, e quase dobrar o volume de recursos orçamentários. No mesmo estudo, verificam-se fortes desigualdades regionais, o que se ilustra com o fato de que as UEs do Estado de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP) “[...] detiveram 51,6% do total da média das despesas das UEs no Brasil, no período de 2012 a 2016.” (CARVALHO; AMARAL, 2020, p. 256)

Ao lado dos enormes prejuízos causados pelo sub(des)financiamento, dá-se, de maneira funcional à competição econômica mundializada, hegemônica pelo capital financeiro, uma problemática concentração na produção de conhecimento para a inovação tecnológica, o que opera a redução da ciência – com uma dinâmica temporal própria, e a partir de problemas socialmente referendados – meramente em tecnociência. Nesse quadro, “[...] a tecnociência predomina e orienta-se sob a ótica do mercado produtivo, estabelecendo a remodelação da produção científica para a sociedade” (SILVA

JÚNIOR; ELEUTÉRIO FARGONI, 2020, p. 570).

As consequências dessas diversas determinações são profundas. Até mesmo opondo-se a essa lógica orientada ao capital, a Emenda constitucional nº 95 impõe efetivamente um desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, com uma redução orçamentária para em torno de um terço do que foi há 10 anos (RIBEIRO *et al.*, 2020), e incidindo em questões que vão desde a concepção da relevância das diferentes áreas de produção de conhecimento (em especial nas não ligadas funcionalmente ao mercado, mas que, ao contrário, operam a crítica da sua dinâmica, a exemplo das áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas) até a priorização, no financiamento, de áreas cuja produção pode mais diretamente, ser traduzida nessa lógica da competição mundializada, passando pelo crescente direcionamento de recursos para instituições privadas, com a apropriação privada do direcionamento e dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Nestes termos, a pós-graduação brasileira tanto sofre os impactos desse desfinanciamento quanto do acirramento das disputas por produção científica que se volte aos interesses do mercado. Nessa difícil conjuntura, no referente à concepção de pesquisa e produção do conhecimento, a área de Serviço Social vem se mantendo no campo das resistências à concepção de priorização da tecnociência, antes aludida, desenvolvendo temas de pesquisa voltados aos interesses da sociedade.

Pós-graduação no Brasil e o Serviço Social

Num brevíssimo resgate histórico sobre a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, a literatura sobre o assunto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982; SILVA, 2006) indica a vinculação inicial da profissão ao surgimento de grandes instituições assistenciais, estatais e paraestatais no país em finais da década de 1930 e na década de 1940, em razão do processo de industrialização crescente a partir dos anos 1920, quando se busca a substituição do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na economia agroexportadora para uma economia de substituição de importação (SILVA; CARVALHO, 2007).

No que concerne à pós-graduação, embora as suas origens no Brasil possam ser identificadas a partir da década de 1930, com o parecer da Câmara de Ensino Superior, nº 977/65 (parecer Sucupira⁵), aprovado pelo Conselho Federal de Educação durante a ditadura militar (CURY, 2005), é na década de

⁵ Através do Parecer 977/1965, da Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, de autoria de Nelson Sucupira, dá-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil.

1960 que a pós-graduação no Brasil se institucionaliza como um sistema. De acordo com Guerra (2011, p. 128):

São as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da década de 1960, as novas e antigas determinações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial que estabelece uma determinada relação excludente e subordinada em relação aos países da América Latina, o solo histórico sobre o qual ela se ergue e a lógica que a justifica.

O contexto exigia determinado tipo de pesquisa e de produção tecnológica e científica que viessem a dar suporte ao projeto de transformação capitalista instaurado pela ditadura, caracterizado pela aceleração econômica, dependência do capital externo e por uma dinâmica que garantia, mas também restringia o acesso aos bens e serviços apenas aos segmentos da classe burguesa, dando prosseguimento à histórica herança de exclusão da massa da população brasileira (GUERRA, 2011). Foi neste contexto de dependência em relação às nações centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil. Na década de 1970 este modelo de pós-graduação se expande no país, e nesse processo se dá a criação da pós-graduação em Serviço Social, sendo os primeiros cursos de mestrado implantados nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo (PUC- SP) e do Rio de Janeiro (PUC-Rio⁶), ambos em 1972, seguidos pelos cursos criados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1977, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1978, e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979.

A maturidade acadêmica alcançada pelo Serviço Social resulta do seu reconhecimento como área de conhecimento, alcançado a partir de 1980, com a expansão da pós-graduação. Os avanços na formação profissional em nível de pós-graduação chancelam essa maturidade via produção de bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea (ABEPSS, 2014). Esse processo teve início, contudo, nos anos 1950 e 1960, passando por fases de construção e de consolidação do projeto ético-político, expresso na “[...] direção social estratégica da profissão e no processo de renovação profissional.” (NETTO, 1996, p. 109). Cabe lembrar que não obstante os recém-criados cursos de pós-graduação, na década de 1970, exercerem papel fundamental para a articulação política de um importante segmento da categoria, é na década de 1980, com o protagonismo da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e sindicais, que “[...] novas exigências teórico-práticas são demandadas à profissão requisitando-

⁶ O primeiro a ser oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação (Parecer 4.428/1976). vii No currículo de 1982 a pesquisa passa a ser disciplina obrigatória na formação profissional.

lhes análises e posturas cada vez mais críticas e radicais” (GUERRA, 2011, p. 132). Neste contexto, a pós-graduação se vê obrigada a se renovar:

Ressalta-se que na década de 80 processa-se na profissão uma importante revisão da formação profissional, com a adoção de novo currículo que opera uma inflexão no perfil de profissional tecnocrata, cuja intervenção se fazia através de métodos de caso individual, grupos e comunidade, com o que se desencadeia um processo de construção de uma cultura crítica, tendo na pesquisa, o seu fundamento, e na produção do conhecimento inovador e contribuição com outras áreas do conhecimento, a sua expressão. (GUERRA, 2011, p. 133)

Observa-se que a pós-graduação brasileira cresceu muito em quantidade e qualidade, especialmente via Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)⁷ e agências de fomento, as quais possibilitaram a formação, com qualidade, de docentes, pesquisadores e demais profissionais. É também nesse contexto que a pós-graduação em Serviço Social se desenvolveu, consolidando seu projeto ético-político-profissional, “[...] fruto do trabalho coletivo desenvolvido através das instituições organizativas da categoria: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO)” (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017, p. 166).

Na última quadriênal, em 2017, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) estava composto por 4.175 programas de pós-graduação (PPG), englobando todas as áreas de conhecimento. Aproximadamente a metade oferece cursos de mestrado e doutorado, totalizando 2.128 (equivalente a 51%). A outra metade é distribuída em: mestrado acadêmico, 1270 PPG (30%); mestrados profissionais, 703 PPG (17%); e somente o curso de doutorado, 74 PPG (2%). Regionalmente, a maioria dos programas encontrava-se, em 2017, na Região Sudeste (45%), seguidos das regiões Sul (21%); e Nordeste (20%). As regiões Centro Oeste e Norte apresentavam os menores números de PPG: 8% e 5%, respectivamente. Os PPG do Brasil, em 2017, apresentavam as seguintes notas: 3 (31,9%); 4 (35,9%); 5 (18,3%); 6 (7,1%) e; 7 (4,4%)⁸, demonstrando-se assim que a grande maioria dos PPG está concentrada entre as notas 3 e 4

⁷ O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e constituído por sua presidência, conselhos e diretorias responsáveis pela política de gestão, financiamento, indução e ampliação de programas e pós-graduação no Brasil e, consequentemente, de produção científica. Grande parte das ações do SNPG é orientada pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação do Brasil/PNPG (está em vigor o PNPG 2011-2020), onde estão traçadas as metas, os desafios e a direção que deve tomar a pós-graduação brasileira. O SNPG é composto maciçamente por programas de pós-graduação ofertados por instituições públicas federais, estaduais ou municipais (PÁTARO; MEZZOMO, 2013).

(67,8%) (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

A área de Serviço Social brasileiro possui 36 programas de pós-graduação, com 36 cursos de Mestrado e 20 cursos de Doutorado, todos na modalidade acadêmica, constituindo-se uma exceção no interior das 49 áreas de avaliação da CAPES, por ser a única área em que não constam programas profissionais⁹. Esses 36 programas estão localizados: 33,3 % na Região Sudeste (12 PPG), 33,3% na Região Nordeste (12 PPG), 16,6%, na Região Sul (6 PPG) e seguindo a tendência nacional, as Regiões Centro Oeste e Norte, possuem os menores números de PPG, com 3 PPG em cada região, equivalente a 8,33% (CAPES, 2019a). A área possui quatro áreas básicas: Serviço Social, Política Social, Políticas Públicas e Economia Doméstica. As notas dos PPG da área de Serviço Social também seguem a tendência no país, com a maioria dos programas avaliados com as notas 3 e 4¹⁰. No item seguinte, apresentam-se as áreas de concentração e os principais temas dos grupos de pesquisa dos docentes permanentes dos PPG da área.

Pós-graduação em Serviço Social no Brasil e Grupos de Pesquisa: tendências (de resistência) dos estudos na área

A partir do levantamento realizado – conforme explicitado na Introdução deste texto – são apresentados, no Quadro 1, os Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, as áreas de concentração e o quantitativo de grupos de pesquisas dos docentes permanentes, distribuídos regionalmente,

⁸ Resultado da Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em 30 set. 2020. (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

⁹ Após a Avaliação Quadrienal de 2017, foram criados três cursos de Mestrado (Universidade Federal de Tocantins/UFT; Universidade Federal da Bahia/UFBA e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ UFRB) e um curso de Doutorado (Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF) (SANTANA, STAMPA, CARVALHO, 2020).

¹⁰ O número de PPG da área de Serviço Social com as respectivas notas são os seguintes:

- 12 PPG com nota 3: UFAM (M), UERN (M), UFPB/JP (M), UEPB (M), FUFSE (M), EMESCAM (M), UFF/SSDR (M), UNIFESP (M), UNIOESTE (M), UFRGS (M), UFMT (M), PUC-GOIÁS (M).
- 11 PPG com nota 4: UFPA (M/D), FUFPI (M/D), UECE (M), UFRN (M/D), UFAL (M/D), UFF/PS (M/D), UFV (M/D), UFJF (M/D), UNESP/FR (M/D), UEL (M/D), UCPEL (M/D);
- 4 PPG com nota 5: UFES (M/D), UFRJ (M/D), PUC-RIO (M/D), UFSC (M/D);
- 5 PPG com nota 6: UFMA (M/D), UFPE (M/D), UERJ (M/D), PUC/RS (M/D), UnB (M/D).
- 1 PPG com nota 7: PUC/SP (M/D);
- 3 PPG sem nota: UFT (M), UFRB (M), UFBA (M). Dados elaborados pelos autores a partir de CAPES (2019). Obs: (M) – Mestrado; (D) – Doutorado.

tomando-se por base a divisão da ABEPSS.

Quadro 1 – PPG da Área de Serviço Social no Brasil com as respectivas áreas de concentração e número de Grupos de Pesquisa dos Docentes Permanentes por regionais da ABEPSS

REGIONAL ABEPSS/IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ÁREA(S) DE CONCENTRAÇÃO	NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA DOS DOCENTES PERMANENTES
Norte			
1. UFAM	Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia	Serviço Social, políticas públicas, trabalho e sustentabilidade na Amazônia	7
2. UFPA	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	6
3. UFT	Serviço Social	Serviço Social, políticas sociais e direitos	7
4. UFMA	Políticas Públicas		13
5. FUFPI	Políticas Públicas	Estado, sociedade e políticas públicas	14
Nordeste			
1. UECE	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	Serviço Social	9
2. UFRN	Serviço Social	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social	9
3. UERN	Serviço Social e Direitos Sociais	Serviço Social e Direitos Sociais	3
4. UFPB/JP	Serviço Social	Serviço Social e Política Social	6
5. UEPB	Serviço Social	Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais	7
6. UFPE	Serviço Social	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais/	9

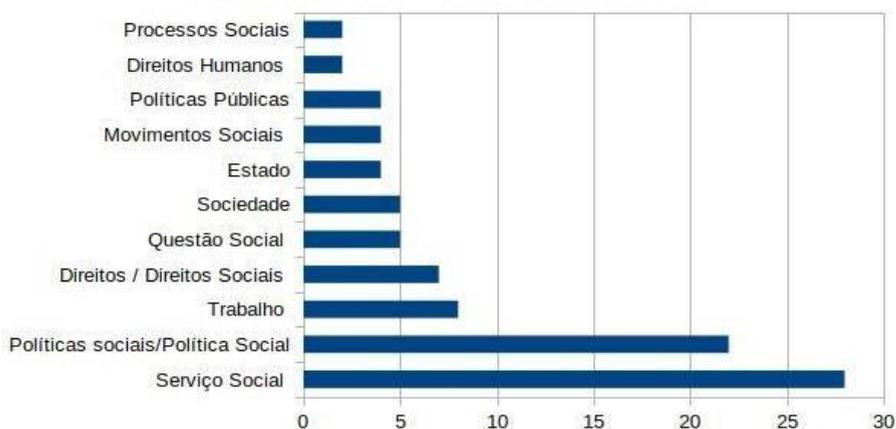
7.UFAL	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais	6
8. FUFSE	Serviço Social	Serviço Social e Política Social	6
9. UFRB	Política Social e Territórios	Serviço Social e Políticas Sociais	7
10. UFBA	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Diversidade Humana	6
Centro Oeste			
1.UFMT	Política Social	Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais	3
2.PUC-GOIÁS	Serviço Social	Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais	5
3.UnB	Política Social	Estado, Política Social e Direitos	11
Leste			
1.UFES	Política Social	Política Social, Estado e Sociedade	6
2.EMESCAM	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local	3
3.UFRJ	Serviço Social	Teoria Social, Formação Social e Serviço Social; Cultura e Serviço Social; Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social	10
4.UFF	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas	11
5.UFF	Política Social	Avaliação de Políticas Sociais e; Sujeitos Sociais e Proteção Social	16
6.UERJ	Serviço Social	Trabalho e Política Social	8

7.PUC-RIO	Serviço Social	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais	10
8.UFV	Economia Doméstica	Família e Sociedade	10
9.UFJF	Serviço Social	Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social	6
Sul I			
1.UEL	Serviço Social e Política Social	Política Social	10
2.UNIOESTE	Serviço Social	Serviço Social, Po- lítica Social e Trabalho Profissional	8
3.UFSC	Serviço Social	Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social	16
4.UFRGS	Política Social e Serviço Social	Política Social e Serviço Social	7
5.PUC/RS	Serviço Social	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais	13
6.UCPTEL	Política Social e Direitos Humanos	Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais	7
Sul II			
1. UNESP/FR	Serviço Social	Trabalho e Sociedade/	17
2. PUC/SP	Serviço Social	Política Social; Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos e Práti- ca Profissional e; Ser- viço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais	11
3. UNIFESP	Serviço Social e Políticas Sociais	Trabalho, Políticas Sociais e Serviço Social	10

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Sucupira (CAPES, 2019b) e Diretório de Grupos de Pesquisa/DGP/CNPq (Dados referentes ao ano de 2019) (CNPq, 2019).

Uma breve análise do Quadro 1, demonstra que os temas mais recorrentes nas áreas de concentração dos 36 PPG do Serviço Social são, da maior para a menor frequência: Serviço Social e Política Social, estando em consonância com os PPG da área, onde a maioria está vinculada à área básica de Serviço Social, seguida da área básica de Política Social. Das áreas de concentração, sintetizadas no Gráfico 1, infere-se que a Pós-Graduação em Serviço Social tem incorporado categorias centrais contidas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a exemplo de Trabalho e Questão Social, cujas diretrizes se orientam pela teoria social marxiana.

Gráfico 1 – PPG Serviço Social– Áreas de Concentração¹¹



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Relatório Sucupira, 2019.

A seguir, apresenta-se uma sucinta análise da relação entre os temas de pesquisa dos docentes permanentes (DP) credenciados nos PPG da área de Serviço Social, tomando-se como referência o ano de 2019, e as áreas de concentração destes PPG, por regionais da ABEPSS.

Para o ano de 2019 o Relatório Sucupira registrou 68 DP nos Programas de Pós- Graduação da Regional Norte, registrados em 47 DGP/CNPq. Nestes Diretórios, os temas com maior frequência são: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social e Direitos Humanos (Gráfico 2),

¹¹ Os demais temas das áreas de concentração que aparecem uma única vez são: Fundamentos; Prática Profissional; Sociabilidade; Sustentabilidade na Amazônia; Cultura; Desenvolvimento Regional; Território; Avaliação de Políticas Sociais; Sujeitos Sociais; Proteção Social; Programas Sociais; Políticas de Saúde; Desenvolvimento Local; Determinantes Sociais; Família; Diversidade Humana; Teoria Social; Formação Social; Lutas Sociais; Trabalho Profissional.

demonstrando articulação com as áreas de concentração dos Programas.

Gráfico 2 – PPG Regional Norte – Temas DGP- Docentes Permanentes¹²

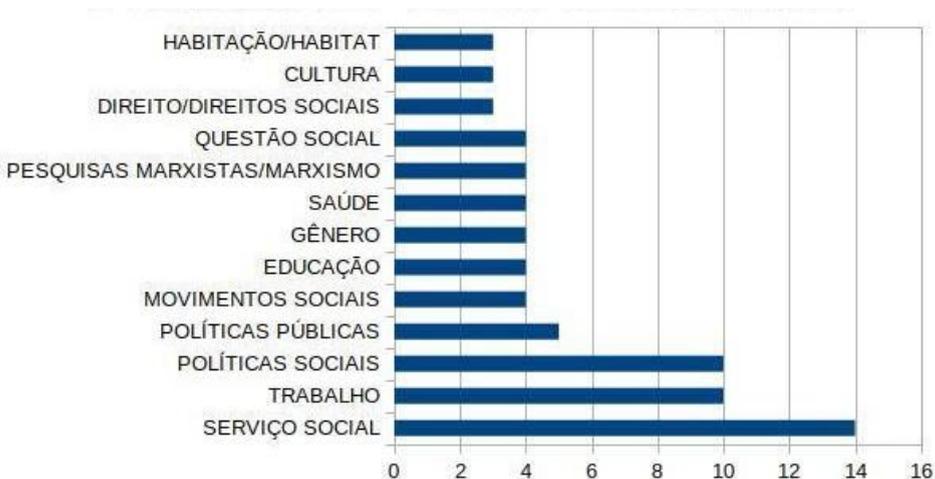


Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Nos PPG da Regional Nordeste registraram-se, em 2019, na Plataforma Sucupira, 115 DP participantes de 68 DGP/CNPq. Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais são os temas mais frequentes nesses Diretórios (Gráfico 3), sendo compatíveis com as áreas de concentração dos PPG da área, seguidos dos temas políticas públicas, movimentos sociais, educação, gênero, saúde, pesquisas marxistas/marxismo e questão social.

¹² Os demais temas dos DGP que aparecem com uma única ocorrência, na Regional Norte, são: Processo de Trabalho; Direitos; Socioambiental; Tecnologias Sociais; Política; Poder; Gestão Social; Complexidade Amazônica; Pobreza/Políticas direcionadas à pobreza; Democracia; Estado Multicultural; Religião; Cultura. Popular; Reestruturação Produtiva; Mundialização do capital; Estado contemporâneo; Ideologia; Étnico-Raciais; Mulheres; Feminismos; Agricultura Brasileira; Direito Constitucional; Hegemonia; Lutas na América Latina; Políticas Urbanas; Território; Resistências; Habitação; Espaço Humano; Processos Urbanos; Identidade; Gestão; Educação em saúde; Desenvolvimento; Cuidar Humano/Enfermagem; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Ambiental; Saúde Mental; Crianças, adolescentes e jovens; Desigualdade social; Exercício profissional; Jornalismo/Ensino; Intersetorialidade/Interdisciplinaridade; Marx e Engels; Proteção Social; Famílias; Ética; Área Sócio jurídica; Práxis.

Gráfico 3 – PPG Regional Nordeste – Temas DGP- Docentes Permanentes¹³



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Na Regional Centro-Oeste registraram-se 42 DP nos PPG da área referente ao ano de 2019, com a participação desses Docentes em 19 DGP/CNPq. Os temas com maior frequência nos Diretórios são: Trabalho, Políticas Sociais e Educação (Gráfico 4), sendo que Política Social está presente nas áreas de concentração dos 3 PPG dessa regional. Os demais temas, como Políticas Públicas, Criança e adolescente, Sociabilidade, Serviço Social, Marx, e Gênero refletem as pesquisas da área de Serviço Social.

¹³ Na Regional Nordeste, os demais temas que aparecem com duas ocorrências são: Reprodução Social; Sociedade; Raça/Etnia; Geração; Cidadania; Políticas; Formação Profissional; Lutas Sociais; Ética; Direitos Humanos; Estado; História, Sociedade. Teoria Social; Práticas Coletivas/Práticas Educativas; Saneamento Ambiental; Fundamentos. E com uma única frequência são: Controle Social; Justiça; Lukács; Mészáros; Sociabilidade Burguesa; Profissão; Análise do discurso; Desigualdades sociais; Políticas de Trabalho; Trabalhadores; Conhecimento; Estudos Maria Quitéria; Território; Desenvolvimento Regional; Turismo; Dialética; Teoria Crítica; Ontologia do Ser Social; Emancipação Humana; Família/Famílias; Políticas de Segurança Pública; Exclusão social; Educação Popular; Economia política; Criança/Adolescente; Proteção social; Economia solidária; Assistência Social; Poder; Práticas socioambientais; Seguridade social; Ecologia política; Filosofia; Feminismo; Envelhecimento Humano; Processo de trabalho.

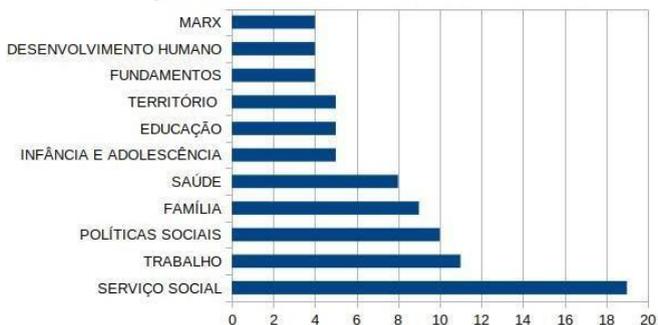
Gráfico 4 – PPG Regional Centro Oeste – Temas DGP – Docentes Permanentes¹⁴



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Os DP da Regional Leste credenciados nos PPG da área somam 133 e estão vinculados a 80 DGP/CNPq, sendo que os temas mais frequentes encontrados nesses Diretórios foram: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais (Gráfico 5), estando em articulação com as áreas de concentração dos PPG.

Gráfico 5 – PPG Regional Leste – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁵



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020

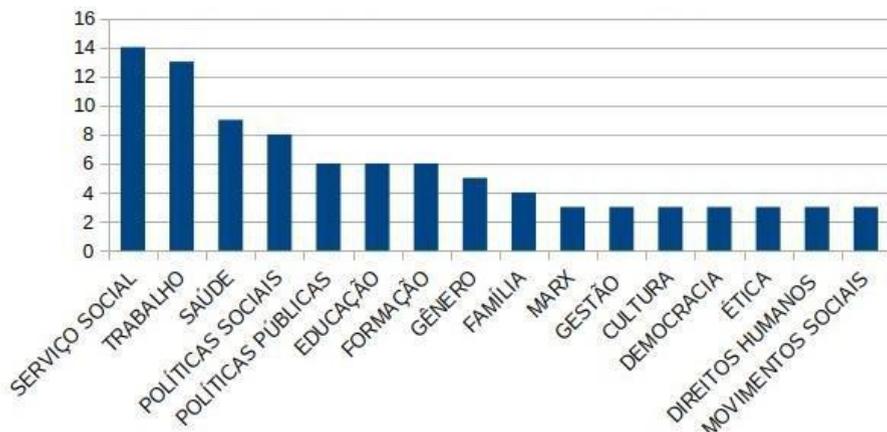
¹⁴ Os temas do Diretório que aparecem com uma única ocorrência, na Regional Centro-Oeste são: Democracia; Sociedade Civil; Seguridade; Assistência Social; Violência; Tráfico de pessoas; Estado; Luta de classes; Fundamentos; Família.

¹⁵ Os temas que também aparecem nos Diretórios onde se inserem os DP da Regional Leste são: com 3 ocorrências: Questão Social; Diversidade Sexual; Espaço; Sociedade; Violência; Urbano; Cidadania. Com 2 ocorrências: Movimentos Sociais; Gênero; Direitos Humanos; Sociabilidade. E com apenas uma ocorrência: Rural; Financeirização; Teoria Social; Práxis; Estado; Identidades; Favela; Subjetividade; Assistência Social.

Na Regional Sul I foram indicados no Relatório Sucupira/2019, 82 DP, credenciados nos PPG da Área, inseridos em 61 DGP/CNPq. Os diretórios de pesquisa têm como temas mais recorrentes os seguintes: Serviço Social, Trabalho, Saúde e Políticas Sociais (Gráfico 6) e estão em consonância com as áreas de concentração dos 6 PPG da Regional Sul I.

Gráfico 6 – PPG Regional Sul I – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁶

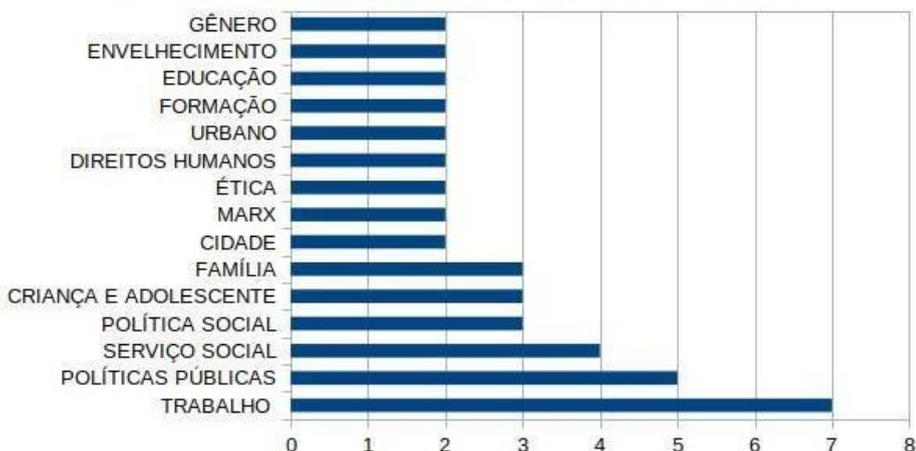
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.



O Relatório Sucupira referente ao ano de 2019 informa 49 DP credenciados nos PPG da Regional Sul II, os quais estão inseridos em 38 DGP/CNPq, que apresentam como tema mais frequentes: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Gráfico 7).

¹⁶ Os demais temas que aparecem, na Regional Sul I, com duas frequências são: Estado; Questão Social; Criança e Adolescente; Sociedade Civil; Pobreza; Identidades; Cidadania; Conflitos Sociais; Sustentabilidade. Com uma única frequência aparecem os seguintes temas: Desigualdade social; Sexualidades; Religião; Proteção Social; Violência; Questão Urbana; Questão Agrária; Questão Ambiental.

Gráfico 7 – PPG Regional Sul II – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁷



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Em nível nacional, o levantamento realizado encontrou como maior incidência nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa dos Docentes Permanentes, inseridos nos PPG da área, três principais temas: Serviço Social, Trabalho e Política Social¹⁸, resultado bastante convergente com as três principais recorrências das áreas de concentração dos PPG da área: Serviço Social, Política Social e Trabalho.

Quando se observam os resultados por regionais da ABEPSS, também se pode afirmar que há uma importante articulação entre os principais temas de pesquisa dos DP em todo o país com as referidas áreas de concentração mais recorrentes nos PPG. Os achados do levantamento apontam que Serviço Social aparece entre os três temas principais dos Grupos de Pesquisa em todas as regionais, com exceção da regional Centro Oeste¹⁹. Por sua vez, Políticas Sociais aparece entre os três principais temas dos DGP nas regionais Nordeste,

¹⁷ Os demais temas encontrados nos DGP, na Regional Sul II, com uma única frequência, são: Identidade; Movimentos Sociais; Questão Social; Sociedade; Participação; Ambiente; Classes Sociais; Saúde.

¹⁸ Os temas mais recorrentes nos DGP, como síntese dos 313 DGP e suas respectivas frequências encontradas (como igual e/ou acima de 10 vezes) no levantamento são: Serviço Social (58); Trabalho (53); Políticas Sociais (38); Políticas Públicas (25); Educação (22); Saúde (22); Família(s) (20); Gênero/Relações de Gênero (19); Movimentos Sociais (17); Crianças, Adolescentes e Jovens (15); Pesquisas Marxistas/Marx (15); Direitos Humanos (13); Formação/Formação Profissional (13); Questão Social (13); Sociedade (10).

¹⁹ Sendo o tema de maior recorrência nos DGP das regionais Nordeste, Leste e Sul I.

Centro-Oeste e Leste; enquanto políticas públicas (a terceira área básica com maior número de PPG no Brasil) aparece na regional Norte e Sul II.

Considera-se um dado muito relevante o fato de que *Trabalho* aparece (dentre os três temas com maior frequência) em todas as regionais do país, sendo, inclusive o tema de maior incidência nos DGP em 4, dentre as 6 regionais, o que corresponde a 67%. Vale notar que a presença do tema Trabalho na área de Serviço Social, seja entre as principais áreas de concentração, seja entre os principais temas dos grupos de pesquisa, demonstra que a área de Serviço Social resiste como área de conhecimento que dá centralidade à questão do trabalho, que, no conjunto da teoria marxiana, é uma categoria central, seja como fundamento ontológico da sociabilidade humana, seja como fundamento sócio- histórico da particularidade da sociabilidade burguesa, pela mediação da relação contraditória entre o capital e o trabalho. Não é menos importante registrar que a teoria marxiana seja tema de grupos de pesquisa da área de Serviço Social em todas as regionais do Brasil²⁰.

Os demais temas com maior frequência nos DGP de que participam docentes permanentes da área de Serviço Social também são reveladores da tendência de pesquisa dessa área, a saber, o estudo da inserção dos profissionais de Serviço Social nas políticas públicas, especialmente na área de educação, saúde, assistência social (família, crianças, adolescentes, jovens); estudo das questões relativas a gênero, movimentos sociais, direitos humanos; estudo sobre a formação profissional; questão social e sociedade; tendo como destaque os estudos sobre a teoria social marxiana.

É importante destacar que um levantamento sobre temas de áreas de concentração e DGP de docentes permanentes dos PPG da área é apenas um dado aparente da realidade e, como tal, precisa ser desvelado em suas determinações histórico-concretas, a fim de se buscar um aprofundamento qualitativo dos conteúdos curriculares dos programas de pós-graduação, bem como das produções científicas (de discentes e docentes) etc., que possam contribuir com a qualificação das inferências apresentadas, o que desde já se coloca como uma importante pauta de pesquisa. Entretanto, mesmo que os dados estejam em sua forma aparente, é possível afirmar que:

O Serviço Social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Trata-se da articulação dialética entre a desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente. É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e

²⁰ Conforme registro na nota 7 e Gráficos 2, 3, 4, 5, 6.

latino-americanos em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo, à luz do método dialético, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições, motivo pelo qual a defesa da educação pública para a formação graduada e pós-graduada é fundamental. (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 80-81)

A partir do levantamento apresentado pode-se inferir que os estudos e pesquisas do Serviço Social no Brasil vêm nutrendo e fortalecendo o Projeto Ético-Político da profissão e indicam que a área de conhecimento Serviço Social se posiciona de forma intransigente pela defesa dos direitos da classe trabalhadora e vem lutando por manter uma direção teórica e metodológica orientada pela teoria social marxiana²¹, a qual se orienta na direção de interpretar a realidade de forma radical, apontando para a necessidade de articulação dos estudos e pesquisas à totalidade das contradições da ordem burguesa, em vista de sua superação.

Considerações Finais

No conjunto das áreas de conhecimento, o Serviço Social brasileiro vem avançando significativamente. Entretanto, apesar dos avanços alcançados pela área, há ameaças de descontinuidades que espreitam as agências de fomento, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como decorrência do agravamento da crise econômica, social, cultural e ética por que passa o país. Os já reduzidos recursos para a pesquisa no âmbito público são cada vez mais compartilhados com o setor privado para potencializar a inovação e o aumento da competitividade e da produtividade de certos setores da economia, ou seja, colaborar com a acumulação em benefício das frações dominantes do capital.

²¹ Não há como desenvolver, nos limites desta reflexão, as questões referentes às lutas/disputas teóricas orientadas pela tradição marxista frente ao pensamento conservador diante do histórico conservadorismo na profissão (YAZBEK, 2009; IAMAMOTO, 1992) que se reatualiza à medida que se amplia o conservadorismo na sociedade mundial e brasileira. São muitas as expressões históricas e teóricas do conservadorismo, basta empreender estudo sobre o conservadorismo clássico (NETTO, 2011); o conservadorismo da burguesia quando da decadência ideológica de seu pensamento (COUTINHO, 2010); o neoconservadorismo (BARROCO, 2015); o Irracionalismo pós-moderno como reatualização do conservadorismo (SILVEIRA JÚNIOR, 2016; NETTO, 2004; SANTOS, 2007); o conservadorismo histórico da sociedade brasileira (a desigualdade de classe, o patriarcado, a escravidão, a estrutura fundiária etc.) e o Serviço Social (BONFIM, 2015); o pensamento conservador de base idealista e positivista que romantiza e/ou moraliza o projeto ético-político (GUERRA, 2010); a mercantilização do ensino à distância, a fragilidade dos fundamentos e busca de respostas “rápidas” na formação e no exercício profissional ao gosto do mercado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a pós-graduação do Serviço Social brasileiro possui importante desafio para garantir, em tempos de avanço do ultraneoliberalismo e do conservadorismo, a formação qualificada de pesquisadores e docentes e reafirmar, em conjunto com os coletivos da área (ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO), os princípios que sustentam a direção social estratégica da profissão, construída há, pelo menos, quarenta anos.

Diante da conjuntura de desconstrução – via desfinanciamento e desqualificação - da esfera pública, com clara incidência no ensino superior em geral e, em especial, na pesquisa e no ensino voltados aos interesses amplos da sociedade, resta somente uma opção: reafirmar os princípios e as distintas frentes de luta em defesa do ensino público, da pós-graduação brasileira e, particularmente da área de Serviço Social, que, tem se colocado dentre as áreas de conhecimento articuladas aos interesses da classe trabalhadora, contra todas as formas de opressão na sociedade, e a favor da efetiva, portanto radical, humanização.

Referências

AMARAL, N. C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 717-736, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300717&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2021.

ARAÚJO, L. **Estudo preliminar sobre a redução contínua dos recursos para Universidades Federais**. Manuscrito para subsidiar debates sindicais. Brasília, 2021. No prelo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. Brasília: ABEPSS, 2014.

BARROCO, L. M. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm . Acesso em: 20 jun. 2021 .

BRASIL. Ministério da Educação. **Observatório PNE - Plano Nacional de Educação**. Meta 12. 2021. OPNE, [S.l.] Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CARVALHO, R. R. da S.; AMARAL, N. C. do. Universidades estaduais brasileiras: financiamento, desigualdades regionais e o PNE (2014-2024). **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 240-259, out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/DGP, 2019. Disponível em: <<https://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área Serviço Social 2019**. Brasília, CAPES, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 26 set. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), Plataforma Supcupira. Coleta Capes/Relatórios dos Programas da área de Serviço Social. 2019b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.jsf;jsessionid=O4CQuIaZqNv2rmHkZvemOueW.sucupira-215>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, s/v, n. 30, set./dez. 2005.

GUERRA, Y. D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M. dos; WERLANG, R. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, J. P. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 223-241.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PÁTARO, C. S. de O.; MEZZOMO, F. A. Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil: estrutura, resultados e desafios para política de Estado – Lívio Amaral. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. p. 11-17.

RIBEIRO, D. B.; OLIVEIRA, E. F. dos A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548- 561, dez. 2020.

SANTANA, J. V.; STAMPA, I.; CARVALHO, D. B. B. de. A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (orgs.). **Serviço Social**: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 63-86..

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. O. da S. e; CARVALHO, D. B. B. de. A pós- graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; ELEUTÉRIO FARGONI, E. H. Tecnociência, Industrialização e Pesquisa na Financeirização Radical do Capitalismo e da Educação Superior. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 569-581, dez. 2020.

YAZBEK, M. C. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço social brasileiro na contemporaneidade *In*: CEFESS / ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 22-27.